

MAIS ESCOLA, MENOS EMPRESA!

Camaradas, colegas, delegados, representantes sindicais e convidados, saúdo todos os presentes.

A educação, pela sua natureza e missão, deveria ser um espaço de excelência, onde a formação dos alunos é assegurada por profissionais devidamente valorizados, protegidos e integrados num sistema transparente e coeso. Se a realidade vivida por grande parte dos professores está longe de cumprir esse desígnio, os profissionais que trabalham no ensino particular e cooperativo enfrentam problemas degradantes. Desde logo, enfrentamos um conjunto de lacunas estruturais que comprometem tanto a estabilidade dos profissionais como a qualidade do ensino.

Companheiros, camaradas, no EPC:

- Não temos a totalidade do tempo de serviço certificado embora trabalhemos um ano completo;
- Não temos redução da componente letiva por idade ou tempo de serviço;
- Não temos critérios claros de concurso ao Contratos de Patrocínio, o que dificulta o planeamento pedagógico e o equilíbrio orçamental das instituições;
- Não temos uma rede de escolas do Ensino Artístico Especializado com cobertura nacional, o que nos leva a questionar se há verdadeiramente uma escola para todos;
- Não temos formação certificada;
- Não temos uma avaliação do desempenho justa, focada na melhoria, nem com critérios objetivos e transparentes;
- Não temos regulamentação adequada para proteger os docentes obrigados a completar horário em várias escolas, realidade que afeta uma grande parte dos professores deste setor, com impactos negativos na qualidade de ensino;
- Não temos critérios transparentes de acesso, dos alunos, ao ensino articulado, nem a publicação do número de vagas por classe de instrumento, cuja definição cabe exclusivamente às direções e por conseguinte favorece práticas nebulosas e a instrumentalização de horários;
- Não temos uma fiscalização do uso dos financiamentos públicos.

Mas, camaradas, nem tudo é negativo, pelo menos gramaticalmente. Há coisas que nós no EPC temos:

- Temos um problema de subfinanciamento;
- Temos um financiamento que depende dos resultados escolares dos alunos e do número de alunos por turma, o que provavelmente conduz a uma falta de rigor nas avaliações;
- Temos intimidações, ataques pessoais e vexames públicos;
- Temos professores com, não 1 mas 2 processos disciplinares por terem ousado reivindicar os seus direitos;
- Temos discriminação na atribuição de serviços letivos e não letivos;

- Temos professores a terem de trabalhar 2 anos para conseguirem a certificação de 1 ano de tempo de serviço;
- Temos a definição de vagas por disciplina exclusivamente nas mãos das direções. Prática que compromete a estabilidade dos docentes, mas também o próprio projeto educativo das escolas;
- Temos contratos individuais de trabalho ilegais, com indicações horárias que oscilam entre 1 e 22 horas;
- Temos falsos recibos verdes;
- Temos professores do recém criado Conservatório de Vila Real, em regime de "Acordo de Cedência por Interesse Público", a quem são mantidas as condições salariais e de progressão do setor privado sem perspectivas de vinculação;
- Temos a redução sucessiva de horários a professores mais velhos, com o objetivo claro de extinguir os seus postos de trabalho devido aos custos mais elevados;
- Temos aulas não declaradas;
- Temos deslocações entre polos da mesma escola que não são remuneradas;
- Temos alunos discriminados comparativamente ao ensino público, já que no EPC temos metade da carga horária atribuída à disciplina de instrumento, mas temos de apresentar os mesmos resultados;
- Temos professores a lecionar disciplinas para as quais não existem grupos de recrutamento, numa clara demonstração de desvalorização da preparação pedagógica e didática e ausência de enquadramento legal;
- Temos professores que têm que completar horário em até 4 escolas diferentes, o que implica o quádruplo de reuniões e atividades;
- Temos horários semanais com mais de 25 horas efetivas de componente letiva e também horários semanais de 29 tempos letivos;
- Temos associações detentoras de escolas que se recusam a apresentar relatórios anuais de contas;
- Temos direções escolares ausentes, que ocasionalmente visitam as instalações, a receberem salários integrais, apesar de não desempenharem as suas funções e responsabilidades;
- Temos direções que se recusam a cumprir a lei mesmo após determinações da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Camaradas, gostaríamos de revelar-vos que estes cenários são fantasiosos, mas infelizmente não são.

Professores sujeitos a contextos laborais desumanos veem drasticamente reduzida a sua capacidade de planear, inovar e acompanhar os seus alunos com a dedicação e o rigor que a função exige.

Se a escola é, por definição, um espaço de formação humana, cultural e social, então é imperativo que o Estado, as tutelas competentes e as entidades empregadoras assumam a responsabilidade de garantir condições laborais justas, estáveis e fiscalizadas para todos os professores, independentemente do setor onde exercem funções.

A FENPROF já conseguiu assinar um novo Contrato Coletivo de Trabalho com a Confederação Nacional de Educação (CNEF), para o Ensino Particular e Cooperativo, incluindo o Ensino Artístico Especializado e o Ensino Profissional. Este marco representa um passo significativo, mas como se percebe é apenas o início de uma luta contínua e de reivindicações, na qual a FENPROF se compromete a estar presente e firme.

Os professores do ensino privado não são professores de segunda categoria, são profissionais com direitos que se encontram ao serviço da educação, porque sem ela não há transformação social.

Precisamos de mais escola e menos empresa!

Camaradas, “A mesma profissão, os mesmos direitos, deveres e condições de trabalho”.

Somos todos professores!

Viva o 15º Congresso Nacional dos Professores!

Viva a FENPROF!

Isabel Lopes

EPC, SPN